

EM TEMPOS DE «DES-SAMARITANIZAÇÃO»

ACÁCIO F. CATARINO

Publicado no site 7Margens, 30 março 2020

EM TEMPOS DE «DES-SAMARITANIZAÇÃO»

A ação social básica, própria das relações de família, vizinhança e amizade, tem sido bastante descurada: ao longo da história, relevaram-se mais as diferentes instituições que foram sendo criadas, seguindo-se-lhes a consagração e desenvolvimento do Estado social. Deste modo o patamar básico da ação social foi menosprezado, a favor do intermédio, ou institucional, e do estatal.

O cristianismo, embora participando nesta evolução, consagrou desde o início a figura do «Bom Samaritano» (Lc 10, 25-37), como a grande inspiradora da ação social; este modelo foi assumido por inúmeras instituições, mas não evitou o menosprezo da ação «samaritana» básica junto de cada «próximo» necessitado. Por isso, neste período de pandemia mortal, os pobres e abandonados ficam ainda mais excluídos nas suas casas ou tugúrios.

Sabe-se que as religiões em geral, as conferências vicentinas, outros grupos de ação social, instituições particulares de solidariedade social, coletividades de cultura, recreio e desporto, alguns serviços públicos e outras entidades mantêm intacta a chama de «estar junto» e «ir ao encontro» das pessoas necessitadas, onde quer que se encontrem. Sabe-se também que as próprias forças de segurança introduziram esta orientação na sua prática; e sabe-se, em especial, que inúmeras pessoas, individualmente ou em grupo, respondem aos imperativos do momento atual com as mais diversas iniciativas. Porém, falta a congregação e a generalização destes exemplos pioneiros... tal como também faltou nas grandes crises anteriores, que implicaram a intervenção do Fundo Monetário Internacional. A «Rede Social», criada em 1997 e regulada em 2006, pelo Decreto-Lei nº. 115, de 14 de Junho, poderia funcionar como a grande congregadora e impulsionadora da ação social básica, articulando-a com a intermédica e a estatal. Não se justifica reativá-la agora, fortemente, em todo o país? - Em cada freguesia, pela respetiva «comissão social», em cada concelho, pelo respetivo «conselho local de ação social», e a nível nacional por um órgão coordenador e promotor de iniciativas e de soluções; tudo isto poderia funcionar no imediato sem grandes complicações nem despesas significativas.

Acácio F. Catarino

Publicado no site 7Margens, 30 março 2020

